



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0001392-38.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**  
 Documento de Origem: **IP - 011/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Olívio Bosqueti**

Aos 02 de julho de 2014, às 16:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Gilvan Machado, Promotor de Justiça, bem como do réu **OLÍVIO BOSQUETI**, acompanhado do defensor, Dr. Itamar Garcia Martins. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Leonardo Donizete do Nascimento e Ana Paula D'Agostine dos Santos, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A materialidade está comprovada pelo laudo de fls. 8. A autoria também é certa. O réu admite ter passado pela Rua Iwagiro Toyama dirigindo seu automóvel Monza. Disse não se recordar de ter dado causa a nenhum acidente. A testemunha Ana Paula narrou que o acusado, que reconheceu na ocasião, dirigia um Monza em sentido oposto e derivando para sua faixa de trânsito a levou a frear bruscamente. Com isso o motociclista que vinha atrás colidiu com a traseira de seu veículo e foi ao chão. Acionou a polícia militar e cerca de 20 minutos depois fora informada que o réu foi localizada, sendo levada até onde ele estava e confirmou que era o condutor do Monza que deu causa à aquela ocorrência de trânsito. O réu admite que naquela manhã havia ingerido três doses de pinga, o que é suficiente para comprovar a origem daquela alta concentração de álcool que apresentou ter o sangue submetido a exame. Com esse quadro a condenação do acusado, nos termos da denúncia, é de rigor, observando-se que ele é tecnicamente primário. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Em que pese as provas materiais arroladas no inquérito bem como as provas testemunhais na fase instrutória, não foram demonstradas as ações de conexão e que demonstram que a ação imputada ao acusado tenha gerado as lesões na vítima da moto. Ao que se vislumbra, a vítima do veículo que foi ao solo não guardou distância de segurança e quando a motorista à sua frente parou de inopino por ter se assustado com a manobra do acusado, acabou indo ao solo. Neste sentido não há como se imputar o nexo de causalidade ao acusado sendo que a responsabilidade é exclusiva do terceiro-vítima, ensejando assim a absolvição sumária para se fazer justiça. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. OLÍVIO BOSQUETI**, RG 6.373.339/SP, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306 da Lei 9.503/97, porque no dia 09 de setembro de 2013, por volta das 10h40, na Rua Iwagiro Toyama, Jardim Paulistano, nesta cidade, policiais militares atendendo à uma ocorrência de trânsito sem vítima, constataram que o acusado conduzia uma veículo GM Monza, placas 4050, com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, apresentando-o à autoridade policial a qual determinou, com sua autorização, retirada de sangue para exame de dosagem alcoólica, cujo resultado apresentou uma concentração de 1,6 grama de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

álcool por litro de sangue. Recebida a denúncia (fls. 40), o réu foi citado (fls.44/45) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 50/51). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição acrescentando não ser o réu o causador do acidente. **É o relatório. DECIDO.** Ao réu está imputado a conduta típica prevista no artigo 306 do CTB, que é a de conduzir veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. Portanto, para caracterização deste delito independe a ocorrência de eventual acidente. O que interessa verificar é se o réu assumiu a condução de um carro sob influência de álcool, comprometendo a sua capacidade psicomotora. Esta situação está bem demonstrada nos autos. O próprio réu admitiu ter ingerido três doses de pinga e depois disso afirmou ter assumido a direção de seu veículo. O laudo de exame de dosagem alcoólica revelou uma concentração de álcool no sangue bem superior ao limite permitido pela legislação. O réu estava com índice superior ao dobro do tolerável, o que revela embriaguez alcoólica completa. E na direção de um veículo neste estado o réu apresentava capacidade psicomotora comprometida. Tanto isto é certo que realizou manobra totalmente perigosa, invadindo faixa de trânsito oposta, só não cometendo uma colisão frontal com o carro que vinha em sentido contrário porque a motorista deste acionou a buzina para alertá-lo e ainda freou repentinamente. Tal situação evitou a colisão entre o veículo dela com o do réu, mas provocou o choque de um motociclista que seguia na retaguarda dela. Portanto, o delito imputado ao réu está caracterizado. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos individualizadores da reprimenda, que o réu, embora registrando antecedente, é tecnicamente primário, delibero impor-lhe as penas nos respectivos mínimos, isto é, de seis meses de detenção e dez dias-multa, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois meses. Presentes os requisitos legais, substituo a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social. **Condeno, pois, OLÍVIO BOSQUETI à pena de 6 (seis) meses de detenção e dez dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social a ser designada oportunamente, por ocasião da execução, além da suspensão de sua habilitação para dirigir por dois (2) meses, por ter transgredido o artigo 306 da Lei 9503/97.** Em caso de reconversão à pena primitiva o regime será o **aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEF.:

RÉU: